

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/19

**GABARITO PRELIMINAR DA PROVA PRÁTICO PROFISSIONAL PARA PROCURADOR MUNICIPAL
PADRÃO DE RESPOSTA**

De acordo com o enunciado da prova discursiva, a peça processual cabível é uma **CONTESTAÇÃO** da Ação Civil Pública, alegando, dentre outros fundamentos, os seguintes:

PRELIMINARMENTE

I - Em preliminar, deve o candidato sustentar a TEMPESTIVIDADE da CONTESTAÇÃO, considerando que o início do prazo legal ocorreu a partir da juntada aos autos do mandado de intimação pessoal, por tratar-se de Fazenda Pública, conforme reza o artigo 183 c/c artigo 335 do Código de Processo Civil.

II – Ainda em preliminar, deve o candidato alegar e requerer a INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM RAZÃO DA MATÉRIA, posto que o Ribeirão Bonsucesso, É UM PEQUENO RIACHO que não pertence à União, mas sim ao Município de Senador Canedo. Portanto, a Justiça Federal não é competente para julgar o feito, uma vez que não se trata de bem pertencente à União e, por isso, a competência recai a Justiça Estadual. A preliminar de incompetência deve ser fundamentada no inciso II do artigo 337 do CPC, no inciso III do artigo 20 e no inciso I do artigo 109, ambos da Constituição Federal.

NO MÉRITO

I – Contestar os termos da ação, manifestando contra todas as alegações inerentes aos fatos narrados pelo Autor utilizando como fundamentos os artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil.

II – Apresentar todos os argumentos de defesa, em especial, a inexistência do dano ambiental, a falta de notificação prévia da municipalidade e a falta de comprovação da participação do Prefeito Municipal ou do Município para o evento danoso. Argumentar que não teria ocorrido violação dos parágrafos 2º e 3º, artigo 225, da Constituição Federal.

III – Alegar falta de caracterização da responsabilidade ambiental dos Requeridos, mesmo que objetiva, não configurando a incidência do artigo 14, § 1º da Lei n. 6.938/81 e tampouco do Parágrafo Único do artigo 927 do Código Civil.

REQUERIMENTOS

Deverá o candidato requerer o recebimento da contestação e ainda:

- a) seja acolhida a preliminar de incompetência da Justiça Federal para julgar a ação;
- b) o deferimento de todos os tipos de provas legalmente e moralmente admitidas;
- c) seja determinado o mapeamento e perícia na suposta área degradada;
- d) seja julgada totalmente improcedente a ação civil pública;
- e) a condenação do autor nos ônus de sucumbência.

PEDIDO DE DEFERIMENTO.

LOCAL E DATA.

ADVOGADO